



King's Research Portal

[Link to publication record in King's Research Portal](#)

Citation for published version (APA):

Bethencourt, F. (1993). A Igreja. In J. Romero-Magalhães (Ed.), *História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)* (Vol. III, pp. 149-164). Estampa.

Citing this paper

Please note that where the full-text provided on King's Research Portal is the Author Accepted Manuscript or Post-Print version this may differ from the final Published version. If citing, it is advised that you check and use the publisher's definitive version for pagination, volume/issue, and date of publication details. And where the final published version is provided on the Research Portal, if citing you are again advised to check the publisher's website for any subsequent corrections.

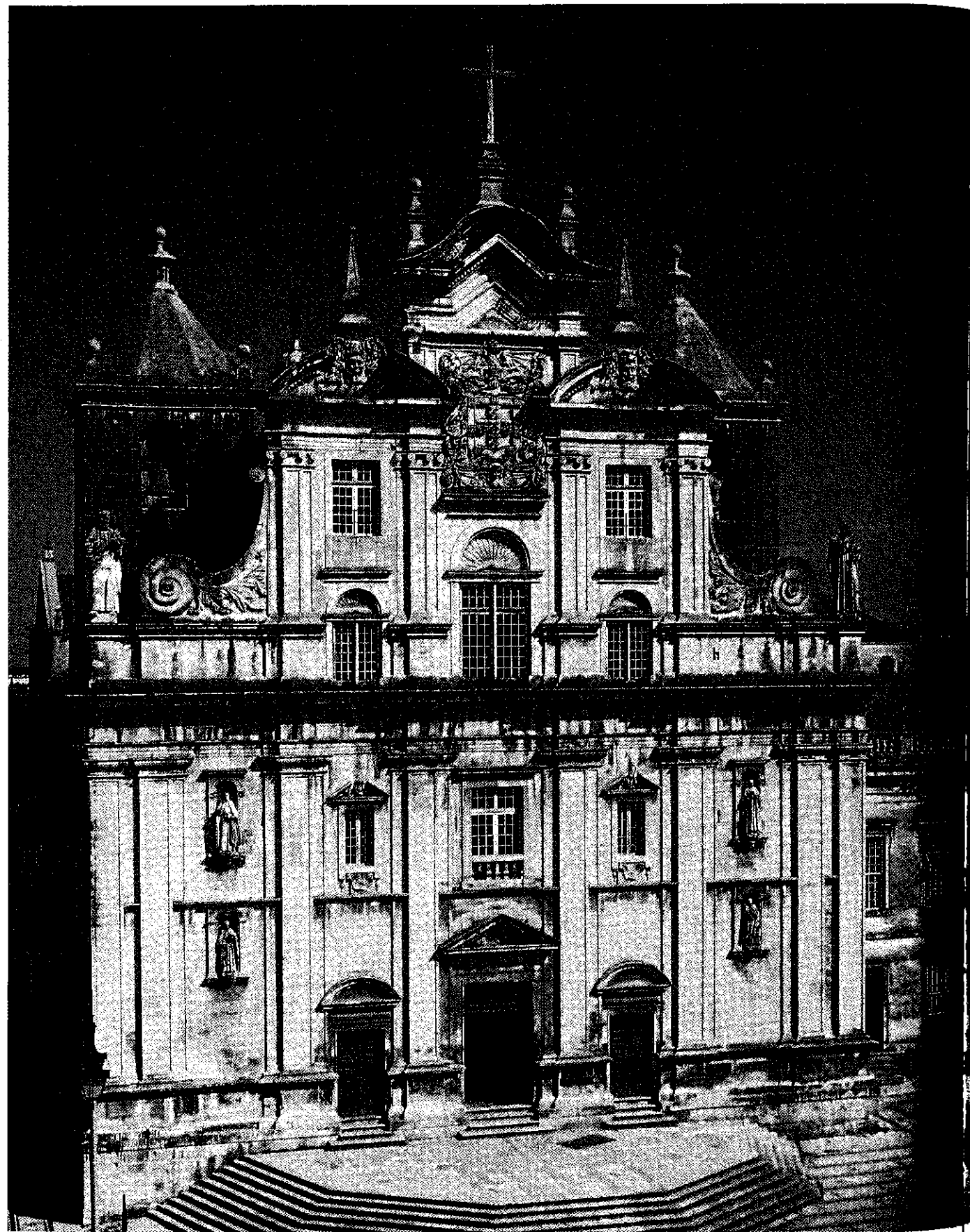
General rights

Copyright and moral rights for the publications made accessible in the Research Portal are retained by the authors and/or other copyright owners and it is a condition of accessing publications that users recognize and abide by the legal requirements associated with these rights.

- Users may download and print one copy of any publication from the Research Portal for the purpose of private study or research.
- You may not further distribute the material or use it for any profit-making activity or commercial gain
- You may freely distribute the URL identifying the publication in the Research Portal

Take down policy

If you believe that this document breaches copyright please contact librarypure@kcl.ac.uk providing details, and we will remove access to the work immediately and investigate your claim.



Os equilíbrios sociais do Poder

A IGREJA*

*Francisco Bethencourt

O CAMPO DOS PODERES EM PORTUGAL sofre uma profunda transformação durante o «longo» século XVI, que passa pela reorganização da coroa — desenvolvimento da burocracia régia e criação de um sistema de conselhos, saldando-se no alargamento das competências e da esfera de intervenção —, pela reforma da Igreja — reconstituição da hierarquia, controle do clero, reforço da acção pastoral e do disciplinamento da população —, por novas formas de articulação com os «velhos» poderes territoriais — senhores e concelhos — e pela difusão de importantes formas de acção social — misericórdias, confrarias, instituição de capelas.

São processos de diferenciação e de dominação social extremamente complexos, que não podem ser observados na óptica redutora da «construção do Estado» ou dos «mecanismos disciplinares», sob pena de cairmos quer no anacronismo das abordagens «institucionais» clássicas, quer na simplificação da análise do Poder centrada no controle dos comportamentos. Alguns pressupostos norteiam este inquérito. Em primeiro lugar, uma concepção relacional de poder enquanto capacidade de decidir e de influenciar decisões. Nesta perspectiva, os diversos corpos e organismos em presença devem ser vistos como «nebulosas» cujos contornos (e cujas posições) resultam justamente dos processos de interacção. Em segundo lugar, uma concepção social do campo dos poderes. Daí a valorização da acção dos diversos grupos de agentes, quer ao nível da burocracia régia ou da burocracia eclesiástica, quer ao nível das iniciativas, aparentemente mais «espontâneas», de constituição de misericórdias e de confrarias — iniciativas fundamentais para se compreender a dinâmica dos processos de solidariedade e de dominação. Em terceiro lugar, uma concepção «plástica» das formas de distinção, entendidas como afirmação de poder. É neste âmbito mais difuso que há que valorizar a «sociabilidade da morte» — os legados pios, a instituição de capelas, o investimento e apropriação dos espaços sagrados das igrejas.

O corpo da Igreja é um espaço privilegiado de observação do campo dos poderes neste período. Por um lado, esse corpo não é uniforme nem compacto: é constituído por múltiplos organismos, por vezes de contornos mal definidos e com interesses nem sempre coincidentes. Por outro lado, a Igreja é investida pela acção de outras corporações e de outros grupos de agentes, que a procuram envolver nas suas próprias estratégias. Esta visão da Igreja como um espaço (relativamente) aberto ou como um corpo «exposto», embora permita compreender melhor as interacções a que está sujeita, não impede que se considere a estruturação de uma hierarquia consistente e de diversos organismos com interesses próprios, que participam justamente desse jogo de interacções — numa palavra, não se podem separar as relações internas das relações externas.

A forte presença da Igreja na sociedade é um elemento fundamental de atracção do investimento simbólico. Os principais ritos de passagem — baptismo, casamento e morte —, consagrados como sacramentos pela Igreja, são definitivamente enraizados nesta época. A união por palavras de presente, ainda praticada largamente na primeira metade do século XVI um pouco por todo o território continental (sobretudo no Sul), decai em resultado do controle sistemático da população exercido pelo clero. O respeito pelo sacramento do baptismo e pelo sacramento da extrema-unção, já observável em épocas anteriores, conhece uma maior difusão, que deve ser relacionada

◁ Igreja do Santíssimo Nome de Jesus, do Colégio Jesuíta de Coimbra (Baltasar Álvares, c. 1598).

Este templo da cidade de Coimbra, hoje conhecido como Sé Nova, é talvez a primeira consequência lógica da aplicação e expansão nacional do modelo da Igreja de S. Vicente de Fora (Lisboa), que se torna cada vez mais complexo, mediante a introdução de novos valores volumétricos e murários [que terão maior desenvolvimento e arrojo na Igreja de S. Lourenço (dos Grilos), Porto, c. 1614], assimilando, por certo em paralelo, contributos da área flamenga com as composições dos coroamentos superiores, o arranjo cenográfico das paredes (com a significativa duplicação dos alçados na empena) num gesto criativo, que se aproxima já de uma atitude proto-barroca, cedo atenuada pela generalização e vulgarização desta tipologia. Bom exemplar de um templo da Igreja triunfante pós-tridentina.

FOTO: NUNO CALVET.

com a nova exigência de cumprimento de funções imposta ao clero pela hierarquia. As deslocações dos clérigos são investidas de um cerimonial mais elaborado, que tem como correspondência uma gestualidade dos leigos mais reverente na presença da cruz ou da hóstia consagrada. As procissões tornam-se mais complexas, envolvendo algumas delas, como a do *Corpus Christi*, a representação hierarquizada dos diversos corpos constitutivos da sociedade urbana (Viterbo, 1898; Couto, s/d). A difusão das confrarias, que envolvem por vezes centenas e mesmo milhares de pessoas, cria laços de sociabilidade horizontais ou verticais estruturados em torno de novas vivências do sagrado. Numa palavra, o quotidiano da população é pontuado por símbolos e práticas religiosas cuja administração é exercida de uma forma cada vez mais eficaz pela Igreja.

MISERICÓRDIAS

ESTES PROCESSOS SÃO difíceis de quantificar. A difusão das misericórdias desde a sua criação, no final do século xv, é conhecida: entre 1498 e 1621 foram criadas pelo menos 120 misericórdias no continente e ilhas, razoavelmente bem distribuídas por todo o território, à excepção de Trás-os-Montes e do Baixo Alentejo, às quais devemos somar 34 misericórdias estabelecidas no ultramar (Goodolphim, 1897; Correia, 1944, pp. 581-587; Freitas, 1959 e outros artigos no mesmo volume; Russel-Wood, 1968, pp. 39-41). Trata-se de um fenómeno inspirado no modelo assistencial desenvolvido em Florença. A novidade reside na dimensão — trata-se de uma rede extraordinariamente descentralizada e densa, que acompanha o alargamento do império — e no estatuto — as misericórdias estão colocadas sob protecção régia. Estas associações de leigos têm um enorme impacto na população durante séculos, pois são responsáveis pela fundação e administração de numerosos hospitais em todo o reino, pelo acompanhamento dos enfermos e enterro dos mortos, pela assistência aos pobres, aos presos e aos condenados à morte. Para além disso, as misericórdias desenvolvem uma importante acção como executoras de testamentos ou procuradoras de confrades que faziam transferências de dinheiro de diferentes partes do império — a Misericórdia de Lisboa, por exemplo, registava um tal movimento de letras de câmbio que possuía dois tesoureiros de letras (Ribeiro, 1902). Finalmente, as misericórdias tinham uma importante acção espiritual, consubstanciada na criação de novas igrejas e capelas, com o correspondente padroado, bem como na realização de diversas cerimónias litúrgicas, exercendo o privilégio de uso de vestuário e insígnias próprias nos enterros e procissões.

As misericórdias funcionavam com uma representação rigorosamente dual de nobres e de oficiais mecânicos, não só do número de irmãos previstos, mas também ao nível dos irmãos eleitores e eleitos para a Mesa. Contudo, a estrutura estava polarizada pela nobreza, pois os compromissos previam que o provedor fosse um fidalgo ou uma dignidade eclesiástica — regra cumprida à risca, pois nas listas de provedores de Lisboa encontramos a melhor nobreza do reino, fenómeno confirmado, embora em escalas diferentes, nas listas publicadas das restantes misericórdias (Ribeiro, 1902; pp. 331-338; Gusmão e Guerreiro, 1979, vol. III, pp. 24-30; Basto, 1934-1964, vol. I, pp. 416-420; e Marcos, 1982, pp. 37-40). Na Misericórdia de Goa, por exemplo, encontramos do século xvi ao século xix 14 vice-reis, 28 governadores, 11 arcebispos e 2 inquisidores, o que mostra como as principais autoridades participavam directamente na administração da associação (Martins, 1910, vol. I, pp. 381-400; 1914). A Misericórdia da Bahia, por seu turno, regista uma certa regularidade de ocupação do lugar de provedor por parte dos governadores — Mem de Sá, em 1560, Luís de Sousa, em 1617, Moura Rolim, em 1625-1626, Diogo Luís de Oliveira, em 1627-1635, o conde de Castelo Melhor, em 1650, e Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça em 1671 —, mas sem a frequência esmagadora constatada em Goa. Há que sublinhar a maior autonomia da associação brasileira, devido ao poder económico e social da aristocracia dos plantadores e dos criadores de gado, que financiam a misericórdia e controlam directamente o acesso ao cargo de provedor ao longo de todo o século xvii (Russel-Wood, 1968,



Partida de Colónia em direcção a Lisboa das relíquias de Santa Auta.

O imperador Maximiliano I ofereceu à rainha D. Leonor relíquias de Santa Auta, uma das Onze Mil Virgens Mártires. A chegada das relíquias a Lisboa, que ficaram a ser propriedade da Igreja do Convento da Madre de Deus, foi de grande solenidade, fixada em belos painéis. As relíquias valorizavam os templos em que se recolhiam. (Painéis de Santa Auta, atribuídos a Cristóvão de Figueiredo e Garcia Fernandes, c. 1520, MNAA, Lisboa.)

FOTO: ARQUIVO CÍRCULO DE LEITORES.

pp. 116-120). O sucesso desta forma de associação é também verificável através do aumento do número de irmãos, geralmente fixado no compromisso e cuja alteração deveria ter a aprovação das autoridades. Em Goa, por exemplo, o número de irmãos passou rapidamente dos 100 previstos quando da fundação, em 1520, para 200, 300 e 400 ao longo do século xvi, até ser fixado em 600, em 1609 (Martins, 1910, vol. I, pp. 193-194). Estes números são importantes, sobretudo tendo em atenção a dimensão da população cristã local: no Porto o rol dos confrades de 1574 regista 204 (Basto, 1934-1964, vol. I, p. 415); em Évora, no início do século xvi, existiriam mais de 300 irmãos apenas na freguesia da Sé, excedendo claramente o número previsto (Gusmão e Guerreiro, 1958, vol. I, p. 123).

AS MISERICÓRDIAS NASCERAM, nalguns casos, através da agregação ou absorção de confrarias já existentes com objectivos assistenciais (Silva, 1958), tendo mantido sempre uma posição de reivindicação dos privilégios obtidos e de oposição ao aparecimento de associações na mesma área de actuação que poderiam absorver legados, esmolas e doações — o caso mais gritante deste conflito de competências foi talvez protagonizado pela Misericórdia de Goa, que conseguiu a supressão de confrarias concorrentes (Rocha, 1973, pp. 124-142). As fronteiras aqui são ambíguas, tanto mais que existia uma tradição medieval de confrarias, quer com objectivos de honra e louvor do santo patrono, quer com objectivos de reparação e construção de ermidas, capelas ou igrejas, mantendo igualmente algumas funções de assistência. A Confraria de Nossa Senhora de Sá, em Aveiro, constituída no início do século xiii por pescadores e mareantes, registava mais de 300 confrades no início do século xvi e administrava, na base de fortes doações de bens de raiz, um hospital que fundara na vila (Neves, 1973). Aliás, todo o fenómeno das confrarias conhece uma nova pujança neste período: em meados do século xvi, em Lisboa, existiam 181 confrarias administradas por leigos, que registavam um movimento anual de esmolas da ordem dos 10 000 cruzados — apesar de tudo, um valor bastante abaixo do rendimento anual da misericórdia (com outros recursos e apoios, é certo), avaliado em 30 000

CONFRARIAS

cruzados, podendo ascender, como no ano de 1552, a mais de 60 000 cruzados (Oliveira, 1938); até 1621 foram criadas em Goa 37 confrarias (excluindo-se aquelas cuja data de fundação não é conhecida), número notável, se se tiver em conta a constituição recente (a conquista data de 1510) e a reduzida dimensão da comunidade cristã. Não há dados disponíveis que permitam um cálculo global do número de pessoas envolvidas nestas confrarias, número que variava geralmente entre as dezenas e as centenas, mas são conhecidos alguns casos cujos valores são bastante mais importantes: a Confraria de Nossa Senhora das Angústias, criada em 1610 por «naturais moradores da cidade» na Igreja da Graça do Convento de Santo Agostinho de Goa, atingia três anos mais tarde o número de 2870 confrades (Rocha, 1973, p. 41.)

A identificação da composição social de muitas destas confrarias é impossível, dada a escassez da documentação para o período em estudo. Contudo, sabe-se que a lógica corporativa ou de afinidade profissional prevaleceu na constituição de muitas destas associações laicas, como é o caso da Confraria dos Homens de Mar, Pilotos e Mestres da Carreira da Índia, fundada na Igreja das Chagas, em Lisboa, que registava 675 cruzados de esmolas por ano em meados do século XVI, o maior valor individual conhecido. Ainda em Lisboa encontra-se uma confraria de homens de mar no Convento da Esperança, uma outra de cordoeiros no Mosteiro da Trindade, de pescadores na Ermida de Nossa Senhora do Paraíso e de bombeiros na Igreja de S. Sebastião da Mouraria. Na capela de S. Tomé (Paços d'el-rei, Casa da Índia) existia justamente uma confraria governada pelos feitores e oficiais da Casa da Índia, enquanto na Igreja de Santo António se encontrava a Confraria dos Letrados da Cidade, polarizada pela Casa do Cível. As confrarias de estrangeiros concentravam-se sobretudo na Igreja do Loreto (três confrarias governadas por mercadores italianos e uma administrada pelos «índios» da cidade), embora existam ainda duas confrarias de flamengos e de ingleses na igreja do Convento de S. Domingos e uma outra confraria de alemães na igreja da paróquia de São Gião (Oliveira, 1938).

Este poderoso movimento das confrarias tem um importante papel de reforço das solidariedades mecânicas e de activação do sentimento religioso entre os leigos. Contudo, uma boa parte desta dinâmica de sociabilidade religiosa é motivada por objectivos de distinção que não se podem aqui ignorar, pois intervêm directamente na estruturação do campo dos poderes. Na Igreja de S. Sebastião da Pedreira, encontramos uma confraria de nobres e fidalgos, governada pelos oficiais da câmara da cidade, enquanto na Igreja do Santo Espírito da Pedreira os nobres partilham uma confraria com mercadores. Entre as confrarias mais distintivas encontramos ainda a de S. Roque, integrada na igreja da Companhia de Jesus construída no local da antiga ermida, a Irmandade das Chagas, criada no espaço da Igreja de S. Francisco, a Irmandade de Todos-os-Santos, criada em 1570 na Igreja da Trindade pelos oficiais da casa real (compreendendo os moços da câmara e os moradores), a Irmandade da Anunciada, constituída por fidalgos na Igreja do Colégio de Santo Antão, ou a Confraria de S. Patrício, criada em 1593 para patrocinar a fundação do Colégio dos Irlandeses (São José, 1789-1794, vol. I, p. 185; Lima, 1950-1972; Oliveira, 1938).

As confrarias mudam por vezes de estatuto social e são absorvidas por um jogo de poderes extremamente complexo, que pode extravasar o quadro local. É o caso da Confraria de Nossa Senhora da Oliveira, em Guimarães, constituída em 1583 por quatro residentes da vila, entre os quais dois mercadores e um sapateiro, com o objectivo de honrar a imagem da santa colocada no altar-mor. Nessa altura a imagem saía em procissão apenas no dia da festa de Santa Isabel. Dois anos mais tarde, a confraria fez um contrato com o cabido para a organização de uma procissão anual solene com a imagem da santa no dia da assunção da Virgem, 15 de Agosto: a imagem seria levada por clérigos no itinerário seguido pela festa do Santíssimo Sacramento; os cônegos passavam a fazer parte da confraria, comprometendo-se ainda a celebrar uma missa cantada com música de órgão todos os sábados para os confrades. Em 1600, a câmara deliberou acompanhar a procissão todos os anos, pagando a dança mourisca, os chameleiros e os

porta-bandeiras dos ofícios. Nessa altura a festa durava oito dias, com a inclusão de comédias e tourada, sendo construídos quatro palanques, dois pela câmara e dois pelo cabido. A crescente qualificação social dos juizes da confraria é visível, passando o rei a nomeá-los directamente (Faria, 1934-1935).

Não há elementos suficientes para estabelecer correlações entre certos espaços sagrados e tipos particulares de irmandades. O caso mais flagrante é o da igreja do Convento de S. Domingos, em Lisboa, onde se encontram duas confrarias «especiais», uma governada por funcionários da Casa da Suplicação, instituída já no século XV (com o compromisso reformado em 1566) sob a invocação do Espírito Santo, e outra governada por funcionários do Santo Ofício, instituída no início do século XVII, sob a invocação de S. Pedro Mártir (Lima, 1950, pp. 94-96). Qualquer delas tinha a sua capela própria, celebrando solenemente a festa anual do santo patrono. Esta partilha do mesmo espaço sagrado sublinha quer a proximidade de estatuto (a Inquisição, tribunal eclesiástico, não deixa de se afirmar como tribunal régio), quer o uso comum de símbolos e fontes de legitimação (o Espírito Santo, invocado sistematicamente nas cerimónias de capela dos tribunais da Inquisição, é igualmente utilizado pela Casa da Suplicação, tal como acontece noutras confrarias de juristas e na Universidade de Coimbra).

A INSTITUIÇÃO DE CAPELAS, que decorre paralelamente à criação de confrarias, não assume a mesma dimensão de sociabilidade potenciadora de alianças: trata-se claramente da afirmação de uma família ou de uma linhagem, embora não se deva negligenciar o facto de que a instituição de capelas na mesma igreja por diferentes famílias pode indiciar a existência de ligações e interesses comuns. É impressionante o número de capelas instituídas em todo o reino, com a criação de legados vinculados e a afirmação do correspondente padroado na designação dos capelães. A construção de numerosas igrejas durante o período em análise proporcionou uma multiplicação da oferta de novos espaços para este tipo de investimento, cujos contratos asseguravam a decoração dos interiores e até a construção das fachadas. Em Lisboa, a ampliação da Igreja de S. Francisco, iniciada em 1516, obteve o patrocínio do rei D. Manuel, enquanto a infanta D. Maria patrocinou a criação do Convento da Estrela, tendo sido financiada directamente por Filipe II a reconstrução da Igreja de S. Vicente de Fora, desde a fundação pertencente ao padroado régio. Noutros casos surgem magnates privados, como D. Isabel de Mendanha, viúva de D. João de Meneses, aio de D. João III, que fundou o Convento da Esperança, D. Filipa de Sá, filha de Mem de Sá, terceiro governador do Brasil, e viúva de D. Fernando de Noronha, conde de Linhares, que fundou a igreja do Colégio de Santo Antão, ou Fernão Teles de Meneses, do Conselho de Estado, governador da Índia e do Algarve, que fundou a Casa do Noviciado da Companhia de Jesus. O espaço que reunia maior número de sepulturas nobres e de confrarias era o da Igreja de S. Francisco: a capela-mor, por exemplo, foi doada em 1569 pelos frades a D. Manuel de Lima para sepultura, sob compromisso de os descendentes terminarem as obras da capela, avaliadas em 14 000 cruzados (Lima, 1950-1972; Ribeiro, 1911). Era nesta Igreja de S. Francisco que se reunia tradicionalmente o estado popular quando da realização de cortes em Lisboa, enquanto o estado do clero se reunia no Convento de S. Domingos (Santarém, 1924, p. 24).

Não é possível contabilizar o número de capelas instituídas por nobres, mercadores e notáveis — em Lisboa, em meados do século XVI, existiam cerca de 140 capelas em igrejas paroquiais e conventos (Oliveira, 1938) —, mas os efeitos desta prática difusa são evidentes quer no enraizamento social da Igreja quer na sua «apropriação» pelas elites, que adquirem assim um poder clientelar na colocação dos capelães e na relação privilegiada com certas ordens religiosas. Os duques de Bragança, por exemplo, fazem do Convento de Santo Agostinho de Vila Viçosa (Ordem dos Eremitas) o seu panteão de família, embora mantenham o controle do Convento do Carmo, em Lisboa, onde a sepultura de parentes (nomeadamente os Lencastre e os Faro) é

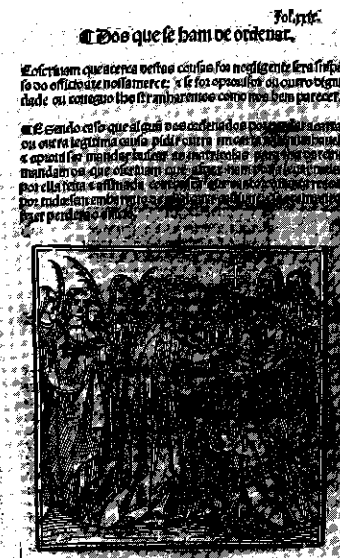
CAPELAS



Retrato da infanta D. Maria. Filha de D. Manuel e de D. Leonor, nasceu em Lisboa em 1521, morreu em 1577, sendo sepultada na igreja da Luz, que para isso mandou construir. Foi uma mulher de grande cultura, típica figura de dona humanista, dada às artes e às letras clássicas. Dotada com enorme fortuna, por força da convenção matrimonial dos pais, tornou-se difícil casá-la fora do Reino. As paixões que possivelmente inspirou cabem na cortesia da época e talvez tenham dado bons e maus versos.

(Museu Condé, Chantilly.)

© Photographie Giraudon, Paris.



MESA DA CONSCIÊNCIA
E ORDENS

Δ Constituições sinodais do bispado do Porto ordenadas pelo muito reverendo senhor d. Baltasar Límbo bispo do dito bispado, Porto, Vasquo Diaz Tanquo do Frexenal, 1541. Ser bispo era atingir a mais elevada das funções eclesiásticas, e ficar a dispor de chorudas rendas, em especial as dos dízimos. As famílias poderosas procuravam colocar os filhos eclesiásticos nesses lugares, a melhor das garantias. A partir do Concílio de Trento há cada vez mais bispos residentes nas suas dioceses. Mesmo assim ainda era comum o absentismo.

FOTO: BN, LISBOA.

feita com a sua autorização (Purificação, 1656, fls. 189 v-192 r, e Santa Ana, 1745-1751). No Convento de Santo Agostinho de Santarém estão os túmulos dos condes de Ourém, depois condes de Penela, enquanto no Convento da Graça de Évora estão os túmulos dos condes de Vimioso, patrocinadores do convento, e do senhor de Barbacena (Purificação, 1656). No Convento da Trindade, em Lisboa, existia uma grande variedade de sepulturas, nomeadamente do 1.º marquês de Basto, patrocinador da capela-mor, dos condes de Vale de Reis, dos condes de Assumar e dos condes de Soure, sendo uma das igrejas preferidas pelo alto oficialato régio — governadores da Índia, do Brasil e dos Açores, almirantes e capitães, desembargadores do Paço e escrivães da Puridade (São José, 1789-1794). Esta preferência do alto oficialato régio é transferido para o Convento de Santo Elói no século XVII, que passa a acolher numerosas sepulturas de desembargadores do Paço, membros do Conselho de Estado, da Casa da Suplicação e do Conselho Geral do Santo Ofício (*ibid.*; Santa Maria, 1697).

Não são negligenciáveis os efeitos destas práticas na concentração da propriedade, sendo o processo de acumulação dos bens vinculados por particulares bastante conhecido, embora sem a percepção da importância do papel dos administradores desses bens. Aliás, é esse papel que justifica a interferência da coroa, que tutela desde cedo a instituição e administração de capelas (*Regimento*, 1514). O conjunto das igrejas e capelas sob padroado régio é conhecido através de um levantamento feito em 1574, situando-se na ordem dos milhares (Serrão, 1971), o que reforça a ideia da capacidade de intervenção da coroa na esfera da Igreja, que se vê, assim, penetrada por interesses sociais diversificados. Mas este aspecto é ambivalente, como já se viu, e a alteração das relações entre a Igreja e a coroa no período em estudo deve ser abordada a partir de outros indicadores.

A ADMINISTRAÇÃO DAS FUNDAÇÕES pias da coroa — capelas e mercearias — passa a ser centralizada pela Mesa da Consciência, «tribunal» (conselho) criado por D. João III, em 1532, cujas competências se estendiam igualmente à supervisão de instituições de assistência — albergarias, hospitais, gafarias —, à administração do padroado régio, quer no continente, quer no ultramar (padroado de todas as igrejas, neste último caso), ao controle de problemas tão diversos como a reforma das ordens religiosas, a evangelização dos territórios de conquista, os testamentos feitos ao rei e o resgate de cativos. Mas o conjunto de competências deste conselho foi ainda alargado à supervisão de todos os assuntos relacionados com a Universidade de Coimbra, bem como à administração das ordens militares incorporadas na coroa. Aliás, este último caso é representativo da passagem da administração privada, exercida pela pessoa do rei, para a administração da coroa como coisa pública. Todas as fases do processo são conhecidas: em 1484, muito antes de saber que seria rei, D. Manuel é nomeado mestre da Ordem de Cristo; em 1516, seguindo a política dos Reis Católicos, obtém do papa o padroado sobre os mestrados das três ordens militares — Cristo, Santiago e Avis — para si e para os seus sucessores; em 1523, D. João III é provido do mestrado da Ordem de Cristo, depois da morte do pai; em 1550, depois da morte de D. Jorge Lencastre, filho bastardo de D. João II, provido dos mestrados de Santiago e de Avis, D. João III obtém do papa a administração destes dois mestrados; em 1551, é concedida pelo papa a administração hereditária desses mestrados, passando as três ordens militares a fazer parte da coroa (Almeida, 1967-1971, vol. II, p. 219).

A própria designação de Mesa da Consciência e Ordens reflecte a nova realidade, adquirindo este conselho um papel da maior importância no conjunto das instituições régias, não só pela extensão das suas competências, onde avulta a intervenção clara na esfera religiosa, que motivou protestos do núncio apostólico em Lisboa em 1545 (De Witte, 1960, pp. 278-279), como também pelo poder de nomeação e provimento (dos benefícios de todo o padroado régio, dos capelães das fundações pias da coroa, dos lentes e reitores da Universidade de Coimbra, dos provedores de hospitais), sem falar no controle do acesso aos cargos e hábitos das ordens militares. Trata-se de

um dos conselhos mais interessantes para compreender a sociedade do Antigo Regime, dada a ambiguidade da sua constituição: criado explicitamente para o «desagravo da consciência do rei» em matérias religiosas, ainda no século XVIII era reivindicado pelos seus membros o estatuto de tribunal eclesiástico, apesar da primeira instituição régia e secular, pois detinham a administração das ordens militares.

A apresentação dos bispos pelo rei é outro dos elementos fundamentais de alteração das relações entre a Igreja e a coroa. Enquanto até ao século XIV muitos dos bispos nomeados nem sequer eram naturais do reino — costume intensificado no período do papado de Avinhão —, verificando-se uma reduzida capacidade de intervenção do poder temporal na escolha da hierarquia eclesiástica, ao longo do século XV essa tendência começa a inverter-se, impondo-se uma nova prática a partir de D. João II e de D. Manuel. O resultado deste processo complexo de lutas insistentes, que passam por ameaças de desnaturalização e de sequestro de bens por parte dos reis, é bastante significativo: a partir da segunda década do século XVI, praticamente todos os bispos nomeados pelo papa foram apresentados pela coroa. Aliás, o enraizamento da prática de apresentação dos bispos pela coroa deve ser relacionado com o reconhecimento papal do padroado régio sobre as igrejas e dioceses criadas ou a criar nos territórios ultramarinos — direito adquirido desde o início da expansão e que foi renovado regularmente pela cúria romana, constituindo um importante precedente (Almeida, 1967-1971, vol. I, pp. 289-301 e 367-369, vol. II, pp. 47-57 e 241-242).

CONTUDO, A INTERVENÇÃO régia na organização da hierarquia eclesiástica foi ainda mais longe, reivindicando não só o padroado sobre os mosteiros, como também a consulta para a escolha dos cardeais de origem portuguesa. Este último aspecto é obviamente decisivo, pois mexe com a própria cúpula da Igreja: a vitória régia neste domínio é significativa de todo um novo tipo de relações estabelecidas com o papado. Mas veja-se o processo mais de perto, a partir de três casos exemplares: o cardeal Alpedrinha, o cardeal D. Miguel da Silva e o cardeal D. Henrique. Entre parêntesis, cabe dizer que são estes os únicos cardeais de origem portuguesa (se exceptuarmos o caso do infante D. Afonso) criados entre as últimas décadas do século XV e meados do século XVI (respectivamente em 1476, 1539 e 1545). Depois desta última investitura, segue-se um longuíssimo período onde não é nomeado nenhum cardeal de origem portuguesa, até à elevação de D. Veríssimo Lencastre ao cardinalato, em 1686 — facto significativo da importância do poder negocial da coroa castelhana e do enfraquecimento da Igreja portuguesa em relação a Roma desde 1580. Mas volte-se aos três casos exemplares.

O cardeal Alpedrinha, embora tenha sido eleito com o apoio de D. Afonso V, foi pouco depois para Roma, onde permaneceu até falecer em 1508. Aí D. Jorge da Costa estabeleceu rapidamente redes de influência na cúria romana, tendo participado activamente na eleição de Alexandre VI e de Júlio II. É a partir de Roma que acumula cargos e favorece a clientela: é nomeado arcebispo de Braga em 1486, renuncia logo de seguida no meio-irmão, também chamado D. Jorge da Costa, que morre em 1501, retomando então o governo da diocese até 1505; em 1500 renuncia ao arcebispado de Lisboa em favor de outro meio-irmão, D. Martinho da Costa, que administra a diocese até 1521, tendo sido bloqueada por D. Manuel uma tentativa de o elevar a cardeal encetada por Júlio II em 1512; em 1496 patrocina a nomeação de D. Diogo de Sousa para bispo do Porto; em 1505 renuncia ao arcebispado de Braga em favor deste último, que, por sua vez, renuncia ao bispado do Porto em favor de D. Diogo da Costa, sobrinho do cardeal Alpedrinha; falecendo D. Diogo em Roma, em 1507, o cardeal obtém a nomeação de outro sobrinho, D. Pedro da Costa, para a mesma diocese, que administra até 1539; obtém a nomeação de D. Fernando de Sequeira para bispo de Safim em 1506 e renuncia à abadia de Alcobaça em favor de outro protegido, Jorge de Melo, futuro bispo da Guarda. D. João II já tivera diversas fricções com o cardeal e D. Manuel protesta na cúria romana através do seu embaixador contra as práticas descritas, sobretudo as de renúncia (Ciaconius,

CARDEAIS

1677, pp. 55-56; Santa Maria, 1697, pp. 460-468; Almeida, 1967-1971, vol. I, pp. 483-487 e vol. II, pp. 47-48). Como se vê, gestão à distância dos cargos (e das respectivas rendas), contratos de renúncia recíproca, utilização privada, familiar, da autoridade e influência acumulada em Roma junto do papa — um caso representativo de como o poder era avaliado pela capacidade de colocar familiares e clientes em lugares-chave.

O caso de D. Miguel da Silva é significativo da mudança de conjuntura, ou seja, da alteração das relações de poder entre a coroa portuguesa e o papa. O seu percurso é bastante diferente do anterior: filho do 1.º conde de Portalegre, estuda em Paris e em Siena, tendo viajado por Itália antes de ser nomeado embaixador de D. Manuel em Roma, em 1514, representando o rei no Concílio de Latrão. Perfeito humanista e cortesão, tem um traço comum com o cardeal Alpedrinha: desenvolve a sua acção e a sua rede de influências predominantemente a partir da cúria romana, onde se manteve largo tempo, até D. João III o chamar a Portugal para bloquear a intenção papal de o elevar a cardeal. Nomeado bispo de Viseu em 1526, teve longas disputas na corte portuguesa e desinteligências com o rei, até que o papa o nomeou secretamente cardeal em 1539, com a oposição de D. João III, que só foi notificado oficialmente da decisão em 1541, depois de D. Miguel da Silva ter fugido para Roma. Desnaturalizado do reino e privado das suas rendas, acabou por ter que renunciar ao bispado de Viseu em 1547. Morreu isolado em Roma, em 1556: tratou-se da última tentativa (falhada) por parte da cúria romana de nomear um cardeal de origem portuguesa que não tivesse sido proposto pelo rei (Ciaconius, 1677, pp. 675-676; Almeida, 1967-1971, vol. II, pp. 661-670; Deswarte, 1989).

O último caso exemplar surge na sequência de todo este processo e assinala a sua conclusão com a vitória da coroa: em 1545 é eleito cardeal o infante D. Henrique, irmão do rei, que, entretanto, já acumulara os cargos de arcebispo de Évora (depois de renunciar à diocese de Braga) e de inquisidor-geral. D. Henrique herda, de certa maneira, as posições assumidas pelo irmão D. Afonso, que fora provido no bispado da Guarda em 1516, ainda com 7 anos de idade, tendo sido nomeado administrador do bispado de Viseu em 1519 e do bispado de Évora em 1523, ascendendo ao arcebispado de Lisboa na mesma data. A oposição de D. João III à elevação de D. Miguel da Silva ao cardinalato tem a ver com o projecto da coroa, definido desde os anos de 1510, tendente a colocar os próprios membros da família real na alta hierarquia da Igreja. A morte do cardeal D. Afonso, em 1540, conduz à concentração de todos os esforços de D. João III em D. Henrique, que, para além de cardeal, é nomeado legado *a latere* da Santa Sé em Portugal e arcebispo de Lisboa, disputando ainda as eleições papais de 1550 e de 1555 (Ciaconius, 1677, pp. 708-719; Almeida, 1967-1971, vol. II, pp. 504, 579-580, 598, 622 e 638; Bethencourt, 1990). Com D. Henrique é concretizado o projecto que já vinha do tempo de D. Manuel: a ligação estreita entre a coroa e a Igreja, a reconstituição da hierarquia eclesiástica não só através da apresentação régia dos bispos, mas tendo como autoridade superior um membro da família real. Esta concentração de poderes no cardeal D. Henrique veio permitir a formação de duas gerações de bispos e de inquisidores, enraizando-se um modelo de poderes bem estruturados e autónomos, mas, ao mesmo tempo, relativamente abertos e interpenetráveis (apesar dos conflitos latentes), modelo que perdura sob diferentes conjunturas.

Estes três casos exemplares revelam três conjunturas distintas de um processo de transformação das relações de poder entre a coroa e a Igreja, processo que deve ser analisado em todas as suas dimensões: em primeiro lugar, verifica-se um fenómeno de «estatização» e de «naturalização» da Igreja, designações algo equívocas, mas sugestivas, já utilizadas para o caso espanhol (Maravall, 1986, vol. I, pp. 215-227); em segundo lugar, desenha-se uma nova articulação de poderes, que se sobrepõe aos particularismos locais ou familiares, evidentes na história de vida do cardeal Alpedrinha. Todo este processo é ambivalente: por um lado, a afirmação do poder da coroa perante o papado permitiu a reconstituição da hierarquia eclesiástica, criando condições para a implantação da reforma da Igreja (bispos naturais do reino, espaço das dioceses racionalizado, esboço de uma lógica «burocrá-

tica» de promoção na hierarquia); por outro, a relativa subordinação da Igreja à coroa significou o reforço do clientelismo régio e a transformação dos cargos eclesiásticos em lugares de prestígio complementar, num quadro de acumulação de funções onde o serviço do rei podia ser mais importante do que a acção pastoral. Mas vejamos estes aspectos com mais detalhe.

Nesta época, a nomeação de bispos e, sobretudo, de cardeais não é feita ainda com critérios predominantemente pastorais: o papado é uma monarquia electiva e esse facto, no contexto da cultura política europeia, torna a cúria romana uma instituição frágil, marcada pelo nepotismo e dependente do clientelismo do papa ou dos cardeais mais influentes (Prodi, 1968). As nomeações surgem frequentemente ao sabor dos jogos de poder e da necessidade de reforçar alianças ou posições no consistório. Neste contexto, a afirmação do padroado régio e do direito de apresentação dos bispos pela coroa vem introduzir um elemento de ruptura em relação às redes de solidariedade entretidas com a cúria romana e, paralelamente, um maior enraizamento da Igreja no campo de poderes estruturado por todo o reino.

A «NATURALIZAÇÃO» DOS BISPOS e a relativa «estatização» da Igreja não representam, por si só, uma racionalização da hierarquia e das práticas do clero, embora os reis se tenham empenhado na reforma dos mosteiros e na disciplina do clero. É inegável que muitos bispos nomeados *ad supplicationem* não residiam nas respectivas dioceses e que a própria família real se apropriou da administração de alguns dos principais mosteiros, nomeadamente Alcobaça e Santa Cruz de Coimbra, sem ter exercido administração directa ou acção espiritual. Paralelamente, a nomeação difusa de comendatários e de beneficiados que não residiam nas paróquias e concediam uma pequena parte das suas rendas àqueles que exerciam verdadeiramente o curato de almas constituiu um factor de anomia e de desorganização da estrutura da Igreja. Essa estrutura, por outro lado, beneficiou de algumas alterações tendentes a melhorar a sua eficácia. Em primeiro lugar, há a considerar a racionalização dos espaços das dioceses, algumas das quais atingiam dimensões excessivas nas primeiras décadas do século XVI, como nos casos de Braga (ocupando a maior parte do Minho e Trás-os-Montes), da Guarda (toda a Beira interior a leste da serra da Estrela e uma parte do Alto Alentejo) e de Évora (todo o resto do Alentejo). Sob pressão dos reis portugueses, foram criadas as dioceses de Leiria e de Miranda, em 1545, de Portalegre, em 1549, e de Elvas, em 1570. No ultramar foram criadas as dioceses de Ceuta, em 1420, Tânger, em 1468 (reunida a Ceuta em 1570), Safim, em 1499, Funchal, em 1514, Angra, Cabo Verde, São Tomé e Goa, todas em 1534, São Salvador da Bahia, em 1550, Etiópia, em 1555, Malaca e Cochim, em 1557 (Goa foi elevada a metrópole nesta data, ficando as dioceses referidas como sufragâneas), Macau, em 1576, Funai (Japão), em 1588, Congo e Angola, em 1596, Meliapor, em 1606. Entretanto, a diocese de Angamale-Cangranor foi colocada sob o padroado português em 1600 (Almeida, 1967-1971, vol. II, pp. 7-46).

A criação de novas dioceses nos territórios do império português constituiu um importante instrumento de enquadramento religioso da população e de controlo do próprio clero, enquanto o redimensionamento das dioceses no continente permitiu uma maior eficácia da malha eclesiástica. Mas não se pode negligenciar a multiplicação de cargos que estas iniciativas trouxeram consigo. Entre 1481 e 1621 foram nomeados 211 bispos em todo o espaço imperial, dos quais 146 no continente e ilhas e 65 no ultramar (Almeida, 1967-1971, vol. I, pp. 497-524; vol. II, pp. 597-718; Oliveira, 1968, pp. 431-459 — ficheiro corrigido e ampliado com base em pesquisa no ANTT e na BNL). Estas nomeações, como é natural, incidiram num número mais reduzido de pessoas, um total de 159, devido ao processo de transferências. Primeira constatação: as transferências de bispado são muito mais frequentes no continente e ilhas do que no ultramar: contam-se respectivamente 99 pessoas em 146 nomeações, contra 60 pessoas em 65 nomeações. Desde logo se verifica o efeito da proximidade do poder régio no acréscimo das possibilidades de carreira e de acesso aos bispados mais prestigiados e de melhores

BISPOS

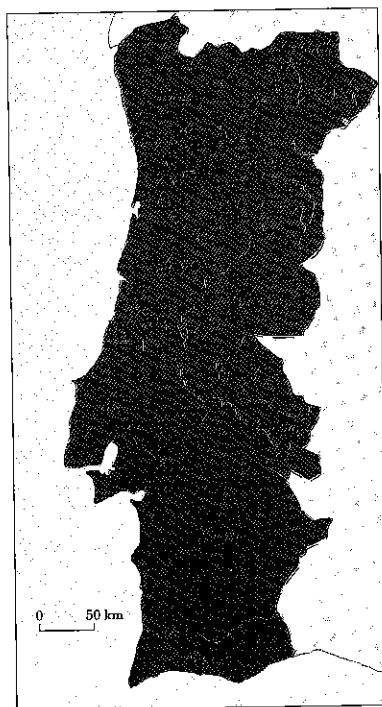


Decretos e determinações do Sagrado Concílio Tridentino que devem ser notificadas ao povo, por serem de sua obrigação, e se hão de publicar nas paróquias, Lisboa, Francisco Correia, 1564 (BNL). Contrariamente aos demais reinos da cristandade, em Portugal os decretos da Contra-Reforma foram adoptados na íntegra na ordem jurídica interna. O papel disciplinador e fiscalizador (e opressor) da Igreja torna-se muito mais vivo. Apesar das dificuldades internas, da indisciplina e da mundanidade em que ainda se encontra a vida religiosa. A pressão cresce e a intolerância aumenta. Governa Portugal o cardeal D. Henrique, regente em nome de D. Sebastião.

Foto: BN, LISBOA.

rendas (também aqui se verifica uma dupla hierarquia). Os casos mais significativos, excluindo a família real, são os de D. Afonso Furtado de Mendonça (bispo da Guarda em 1609, bispo de Coimbra em 1615, arcebispo de Braga em 1618, arcebispo de Lisboa em 1626, nomeado vice-rei no mesmo ano) e de D. Rodrigo da Cunha (bispo de Portalegre em 1615, bispo do Porto em 1618, arcebispo de Braga em 1626). Segunda constatação: as ordens religiosas e militares não têm um peso decisivo na escolha dos bispos (confirmando-se aqui a política romana) — 65 bispos oriundos de congregações eclesiásticas, num total de 211 nomeados, embora no ultramar atinxissem 60 % (39 em 65), dado que contrasta com os 18 % do continente e ilhas (apenas 26 em 146). A elevada percentagem no ultramar deve ser relacionada com o papel decisivo desempenhado pelas ordens religiosas (e militares, lembremos o padroado dos territórios ultramarinos administrado pela Ordem de Cristo na primeira fase da expansão) na missão dos territórios de África, do Brasil e do Oriente. Este indicador permite abordar o problema dos conflitos de poder entre ordens religiosas tão frequentes quer no continente quer no ultramar. É visível, na escolha dos bispos das dioceses ultramarinas, um esforço da coroa em distribuir da melhor maneira possível as nomeações, procurando equilíbrios delicados: os Franciscanos têm nove nomeações, tanto os Dominicanos como os Jesuítas têm oito, as restantes ordens registam um número inferior. É raro a nomeação de bispos de uma dada diocese estar monopolizada por uma dada ordem religiosa, embora os Jesuítas tivessem controlado as nomeações respeitantes à Etiópia, Japão e Angamale (terras de missão que não estavam sob domínio político português). Mas é de notar que não se encontra um único jesuíta eleito bispo de Goa, justamente onde detinham um grande poder, facto que revela uma cuidadosa política régia de mercês e compensações. Terceira constatação: o número de inquisidores que são nomeados bispos ou que, sendo bispos, acumulam as suas funções com as do Santo Ofício é bastante significativo — 24, dos quais 22 no continente. É preciso ver que o tribunal da fé só começou a funcionar em 1536, pelo que contam-se, no caso do continente e ilhas, 22 inquisidores, num total de 113 bispos nomeados. Ver-se-á mais adiante o peso do Santo Ofício no campo dos poderes, mas desde já fica a ideia de uma menor importância relativa dos tribunais periféricos (no caso o tribunal de Goa), facto que contrasta com a posição dos tribunais da Inquisição espanhola na América, tribunais que forneciam um número significativo de bispos para as dioceses da região (Bethencourt, 1992, pp. 248-249). Quarta constatação: 43 dos bispos nomeados exerceram funções em organismos da coroa — tribunais régios (13), Mesa da Consciência e Ordens (6), Conselho régio ou Conselho de Portugal em Madrid (10), governadores/-vice-reis/rei (6), embaixadores (8). Neste caso também a proximidade da coroa potenciou a acumulação de cargos e de funções: a quase totalidade dos bispos que exerceram ou passaram a exercer cargos seculares — 37 — foram nomeados para dioceses do continente e ilhas. Um último elemento a referir diz respeito ao número de bispos que exerceram funções religiosas e assistenciais junto do rei, nomeadamente como pregadores, confessores, capelães ou esmoleres — um total de 22. Também neste caso a esmagadora maioria — 19 — foi nomeada para dioceses do continente e ilhas. Se se somar este número com o dos bispos que trabalharam em organismos da coroa ou que foram inquisidores, chega-se a 89, num universo de 211, ou, no caso do continente e ilhas, 81 num universo de 146.

A análise do universo dos bispos nomeados no período em estudo permitiu surpreender relações significativas e cruzamento de funções, nomeadamente com organismos da coroa e da própria igreja, mas não permitiu esclarecer de uma forma adequada os contornos da burocracia eclesiástica e a sua posição no campo dos poderes. Por um lado, a burocracia é sujeita a diferentes solicitações, nomeadamente da própria coroa, para acumular cargos e assegurar o exercício de funções seculares. Este é um aspecto relativamente novo, que deve ser relacionado com a confiança que o rei passou a depositar nos bispos por ele apresentados ao papa. É verdade que a expansão das instituições régias levantou novos problemas de formação de agentes, mas a escolha de bispos para reger as justiças do reino, como aconteceu tantas ve-



Dioceses do reino. (Dias, 1992, p. 450.)



Paço episcopal de Coimbra (hoje Museu Nacional de Machado de Castro, em Coimbra). A sumptuosidade de vida dos bispos expressa-se não apenas na liturgia mas também na aparência dos prelados como grandes senhores. A arquitectura civil contribui também para essa magnificência. D. Afonso de Castelo-Branco, bispo-conde de Coimbra, instala-se num palácio reformado, italianizante, de rara beleza.

FOTO: NUNO CALVET.

zes, não pode ser atribuída à falta de pessoas preparadas. Trata-se de um problema de escolha política e de um novo papel desempenhado pelos bispos. Este aspecto está ligado à outra vertente do problema: a «naturalização» e relativa «estatização» da Igreja (leia-se da hierarquia eclesiástica) veio colocar os bispos numa posição central no campo dos poderes. Eles acumulam funções e, nesse sentido, os contornos da Igreja, entendidos como limites da esfera de acção, tornam-se mais difusos, mas, por outro lado, os bispos passam a estar com frequência no vértice do Poder, favorecendo os objectivos específicos da Igreja. Não se anote apenas regalias e privilégios concedidos à Igreja pela coroa, mas uma convergência de esforços, revelados no apoio sistemático à missão dos territórios ultramarinos ou na publicação imediata dos decretos do Concílio de Trento, em 1564, como legislação aceite pelo reino (por sinal no período de regência do cardeal D. Henrique). É neste quadro que a análise prosopográfica adquire sentido: os bispos que acederam à condição de governadores do reino ou de vice-reis no período de unificação das coroas com Castela tiveram um papel relevante na afirmação da posição central da Igreja no campo dos poderes. Mesmo ao nível das periferias do império, a posição da Igreja pode ser avaliada pela substituição regular dos governadores ou dos próprios vice-reis em caso de morte ou de impedimento pelos bispos (nomeadamente de São Tomé) e pelos arcebispos de Goa. Contudo, a hierarquia eclesiástica ultramarina não tem relações estreitas com a hierarquia do continente, funcionando praticamente em vaso fechado. A única excepção, aliás de vulto, de uma carreira iniciada com sucesso numa diocese ultramarina diz respeito a D. Frei Aleixo de Meneses: nomeado arcebispo de Goa em 1594, é elevado a arcebispo de Braga em 1612, exercendo ainda o cargo de vice-rei (em Goa e em Lisboa) e de presidente do Conselho de Portugal em Madrid.

A intervenção da Igreja no campo dos poderes, contudo, não pode ser limitada ao estudo prosopográfico da hierarquia eclesiástica. Evidentemente, existem formas conhecidas de acção política independente, nomeadamente através da participação nas cortes. Os apontamentos do estado eclesiástico, redigidos por ocasião das Cortes de 1562 e de 1581, revelam um espírito de corpo e uma capacidade de desenvolvimento de uma estratégia autónoma que excedem os limites previsíveis. É evidente, no caso de 1581, a partilha das mesmas preocupações com o estado dos povos e o estado da nobreza, sobretudo no que diz respeito à reivindicação de residência em Portugal da família real, de casamento do rei com uma pessoa do reino e de nomeação de portugueses para o serviço do Paço. As preocupações específicas, nesta conjuntura difícil, dizem respeito ao perdão dos insurrectos (entre os quais o número de membros da Igreja era significativo), ao resgate de cativos com a nomeação de ministros espirituais, e à prossecução das missões nas

conquistas. É nas Cortes de 1562, numa conjuntura relativamente pacífica, que podemos detectar a defesa sistemática da jurisdição da Igreja nos domínios mais diversos, desde as práticas dos corregedores ao conteúdo das ordenações, passando pela difusão das comendas, a apropriação dos padroados pela coroa e a actividade do Santo Ofício (Santarém, 1924, parte I, docs., pp. 37-65; parte II, pp. 83-84).

INQUISIÇÃO

A INQUISIÇÃO, CRIADA EM 1536 pelo papa sob pressão de D. João III, afirma-se com o duplo estatuto de tribunal eclesiástico e de tribunal da coroa. Tribunal eclesiástico, pois funciona com poderes delegados pelo papa, tem como objectivo a perseguição das diversas formas de heresia e os seus juízes

Arco dos familiares do Santo Ofício. Os familiares não faltaram ao triunfal acolhimento de Lisboa a Filipe III. Não sendo muitos, os familiares do Santo Ofício desempenhavam um papel importante como clientes potenciais ao serviço dos interesses dos inquisidores. Espalhados por todo o reino detinham uma função de presença privilegiada, que prestigiava a instituição. (João Baptista Lavanha, *Viagem da catholica real magestade del Rey D. Filipe II ao Reyno de Portugal*, Madrid, Thomas Iunti, 1622).

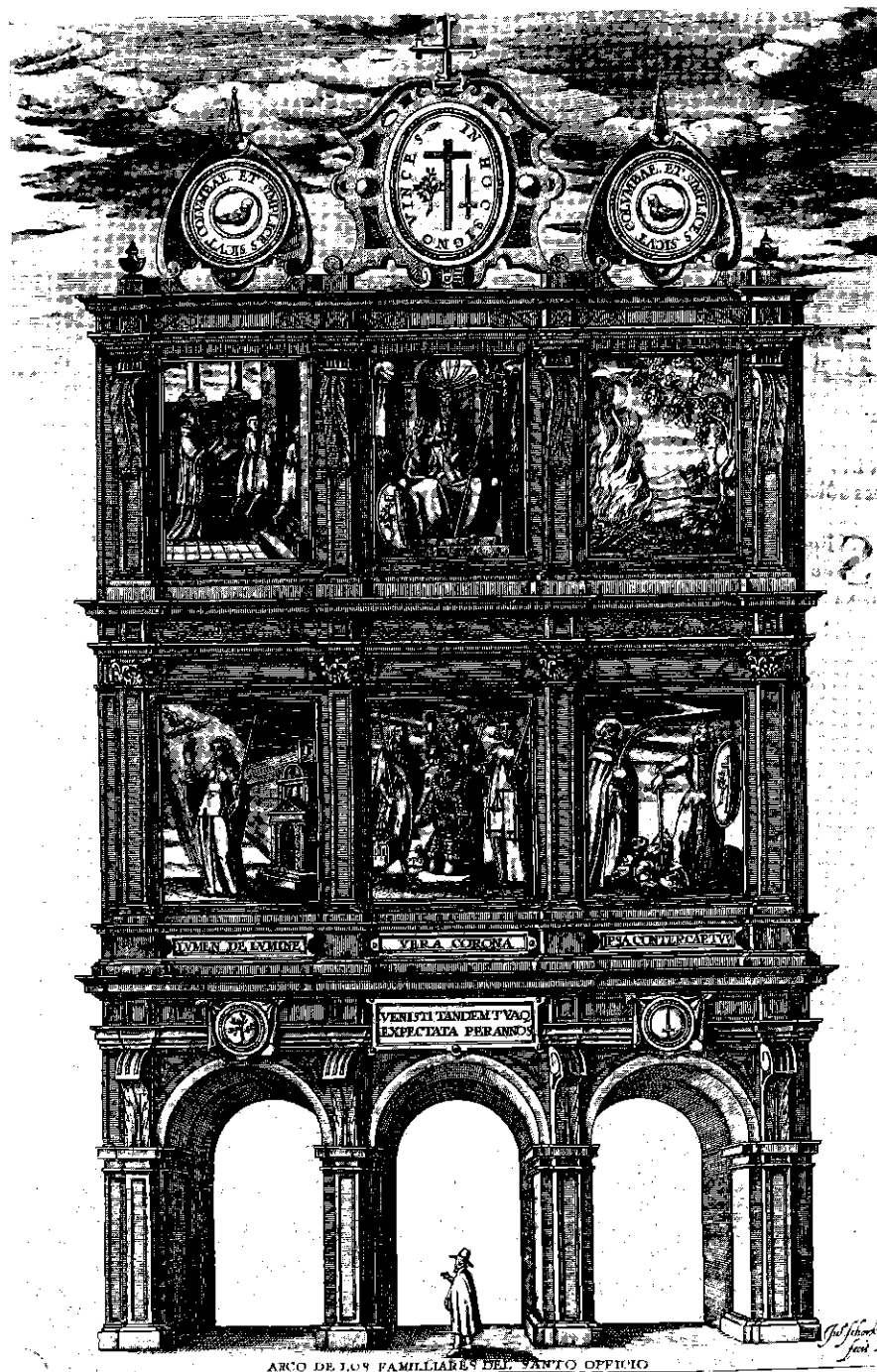
FOTO: BN, LISBOA.

▷ *Regimento do Santo Officio da Inquisição dos reynos de Portugal. Recopilado por mandado do Illustrissimo, & Reverendissimo Senhor, Dom Pedro de Castilho Bispo, Inquisidor Geral & Visorrei dos Reynos de Portugal*, Lisboa, na Inquisição de Lisboa por Pedro Crasbeeck, 1613. O segundo regimento do Santo Officio já foi obra dos burocratas da fé, e sem ser dada satisfação ao monarca. A autonomia plena estava alcançada e ia começar a fase mais brutal da perseguição que duraria até depois de passado o meio do século.

FOTO: VARELA PÉCURTO.

▷ *Estêvão de Santa Ana, Sermão do Acto da Fee, que se celebrou na cidade de Coimbra, na segunda domingo da Quaresma. Anno de 1612*, Lisboa, António Álvares, 1618. Os sermões impressos foram um dos meios utilizados pela Inquisição para alargar a sua influência e ampliar o efeito da sua actividade na sociedade, muito em especial junto dos religiosos, a quem assim fornecia temas e desenvolvimentos doutrinais que se reproduziam.

FOTO: VARELA PÉCURTO.



ARCO DE LOS FAMILIARES DEL SANTO OFFICIO

são clérigos. O alargamento sucessivo da respectiva área de actuação do judaísmo, islamismo e luteranismo à bruxaria, sodomia, bigamia, comércio ilegal com o Norte de África, proposições heréticas e blasfémias encontra uma cobertura no direito canónico. Tribunal da coroa, pois o inquisidor-geral é nomeado pelo papa sob proposta do rei e os membros do Conselho Geral são nomeados pelo inquisidor-geral, após o rei ser consultado. Aliás, a coroa é informada regularmente sobre a actividade do Santo Ofício, interferindo nas suas decisões e atribuindo explicitamente ao Conselho Geral o estatuto de conselho régio (Bethencourt, 1992, pp. 599-608).

O duplo estatuto da Inquisição, a sua composição — clérigos seculares com formação em direito canónico — e a lógica burocrática de promoção — os membros do Conselho Geral são recrutados quase exclusivamente de entre os inquisidores — explicam o desenvolvimento de uma estratégia relativamente autónoma que se sobrepõe à acção da Igreja, mas não pode ser confundida com ela. Essa acção pode ser analisada a três níveis: a) o controlo do clero (heresias, solicitação, comportamento moral) — talvez a função mais importante mas menos visível, que coloca os inquisidores num estatuto mais prestigiado do que o dos seus confrades; b) a formação de «quadros», que serão aproveitados para a administração da Igreja ou para a administração da coroa (bispos, desembargadores, juízes, conselheiros); c) o controlo e a disciplina da população (a actividade que até agora tem sido mais estudada). Em todo o caso, a Inquisição rejeita sistematicamente qualquer tentativa de interferência por parte da Igreja, reclamando uma ligação directa e sem intermediários com o rei — durante o período de unificação das coroas, nomeadamente depois da partida do cardeal Alberto que acumulava as funções de vice-rei com as de inquisidor-geral, a Inquisição portuguesa passou a ter um agente permanente em Madrid (Bethencourt, 1992). Contudo, a Inquisição teve dificuldades em estender a sua acção a todo o território continental, devido à resistência passiva de sectores da Igreja: a entrada do Santo Ofício na diocese do Algarve, se exceptuarmos algumas acções anteriores sem grande impacto, só se verifica verdadeiramente nos anos de 1630 (Magalhães, 1981).

A autonomia do Santo Ofício face à Igreja tem consequências evidentes ao nível da estruturação do campo dos poderes, mas não deve ser considerada de uma forma estanque, pois as interpenetrações burocráticas, a complementaridade de funções e até mesmo a convergência de interesses é visível em certas conjunturas. Neste período, para além dos aspectos já referidos, pode-se constatar a articulação de funções entre as visitas pastorais e as visitas inquisitoriais (Bethencourt, 1987a, p. 220; Paiva, 1989). As visitas pastorais, cujas preocupações incidiam sobretudo no estado temporal das igrejas até às primeiras décadas do século XVI, vão, a pouco e pouco, deslocar o eixo do seu inquérito para o comportamento do clero e da população (Bethencourt, 1987b). As visitas inquisitoriais, embora assumam o modelo itinerante das primeiras, concentram-se imediatamente, no início da década de 40, no controlo do comportamento e das crenças das populações (Bethencourt, 1987c). Como se vê, há contaminações recíprocas, verificando-se uma passagem de informação nos dois sentidos, devido à diversidade de competências e de jurisdição, que podem conduzir, inclusive, à transferência frequente de presos entre uma e outra instituição.

A INQUISIÇÃO DESEMPENHOU, sem dúvida, um papel fundamental na reforma da Igreja portuguesa e na disciplina da população. Mas a Igreja soube criar mecanismos próprios, que não se enquadram nas formas mais repressivas protagonizadas pelo Santo Ofício. Entre esses mecanismos encontra-se a organização de sínodos, assembleias diocesanas realizadas de forma irregular ao longo da Idade Média e que se transformam num importante instrumento de reforma do clero nos séculos XVI e XVII. Entre 1481 e 1621 contam-se 47 sínodos em todo o espaço imperial, dos quais 31 (66 %) se concentram na segunda metade do século XVI (Almeida, 1967-1971, vol. II, pp. 511-515; García y García, 1982; Bethencourt, 1987a, p. 217). Os efeitos do Concílio de Trento são evidentes, nomeadamente na implementação da

REGIMENTO DO SANTO OFFICIO DA INQUISICAM DOS REYNOS DE PORTUGAL

RECOPIADO POR MANDADO do Illustrissimo, & Reverendissimo Senhor, Dom Pedro de Castilho Bispo, Inquisidor Geral, & Visorrei dos Reynos de Portugal.



Impresso na Inquisição de Lisboa por Pedro Crasbeeck, Anno da Recompilação do Senhor de 1613.

SERMÃO DO ACTO DA FEE, QUE SE CELEBROU NA CIDADE DE COIMBRA, na segunda Domingo da Quaresma. Anno de 1612.

COMPOSTO, E REDIGIDO PELO PADRE FREI Estêvão de Santa Ana, Religioso da Ordem da Sagrada Theologia, e de 1.º lugar da Real Universidade de Coimbra na Universidade de Coimbra.

DIRIGIDO AO ILLVSTRISSIMO, E Reverendissimo Senhor Dom Pedro de Castilho, Bispo Vice-Rey, Inquisidor Geral, Capellão, & emolher mór de sua Magestade, & do seu Côelho do Estado.



Anno

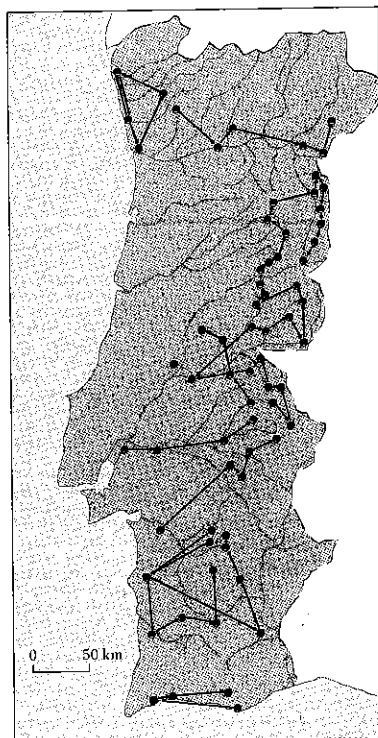
1618.

Virgilio autographo Compendio da Fé, Duas e de plenas abas de segredo.

COM PRIVILEGIO.

Em Lisboa, Com todas as licenças necessarias, Por Antonio Alvares,

CLERO



Visitas inquisitoriais no século XVI (segundo Bethencourt, 1987).

obrigatoriedade de residência dos bispos nas respectivas dioceses, mas é de notar a relativa importância do movimento da pré-reforma em Portugal, com a realização de um número significativo de sínodos até meados do século XVI. O contraste desta lista de sínodos com a realidade medieval é flagrante, tanto pela frequência de realização de assembleias como da sua dispersão. Todas as dioceses do continente e ilhas reúnem o respectivo clero pelo menos uma vez neste período, verificando-se uma frequência impressionante de reuniões na diocese de Goa (cinco vezes), número apenas atingido por Braga e Lisboa. Estas assembleias, só por si, constituem importantes espaços de criação de uma cultura organizacional específica, mas os seus efeitos são ampliados pela publicação das conclusões, as constituições sinodais, onde são registadas as tarefas e as obrigações dos clérigos, sendo ainda definidos aspectos ligados à liturgia, à jurisdição, aos testamentos, aos pecados e às visitas pastorais. Estas constituições, obviamente, evoluem com o tempo, verificando-se uma deslocação do centro de interesses das obrigações quotidianas do clero — sobretudo ligadas à liturgia e à conservação dos objectos de culto (v. constituições de Braga de 1477) — para o cumprimento dos sacramentos (v. constituições de Évora de 1534 e de Lisboa de 1536, já em esboço desde as constituições do Porto de 1497 e da Guarda de 1500), modelo seguido posteriormente, mas alargado a outros domínios, nomeadamente o ensino da doutrina cristã e a regulamentação das visitas pastorais (v. constituições de Coimbra de 1591).

O papel desempenhado pelos sínodos diocesanos no enraizamento de laços horizontais e verticais de solidariedade no seio do clero, na difusão de um conjunto de regras de comportamento e na criação de uma verdadeira cultura organizacional deve ser posto em relação com o desenvolvimento das estruturas de ensino por parte da Igreja. O «longo» século XVI, neste aspecto, é um período de viragem fundamental, com a difusão da catequese (um catecismo acompanha as primeiras constituições sinodais, impressas no Porto em 1497), o desenvolvimento das escolas (nomeadamente de mosteiros, cabidos ou colegiadas) e a criação de seminários em cada diocese a seguir ao Concílio de Trento, sem falar das universidades de Coimbra e de Évora, onde era leccionada a Teologia. Não dispomos de dados para esta última universidade, mas na Universidade de Coimbra, entre 1573 e 1619, matricularam-se 42 833 alunos (faltam 4 anos de registo), dos quais 2950 em Teologia, 28 459 em Direito Canónico (o curso que dava acesso às varas do Paço, a benefícios nos cabidos e nas ordens militares, bem como aos lugares da justiça eclesiástica), 8844 em Leis e 2580 em Medicina (Vasconcelos, 1925, p. 11). É evidente que os livros de matrícula não incluem os estudantes dos colégios (seriam alguns milhares), embora possam encobrir uma pluralidade de inscrições e um largo absentismo (Curto, 1988, p. 76). Não é possível determinar o grau de «sucesso escolar» da época, mas não há dúvida de que estas estruturas permitiram elevar o nível médio de formação do clero, criando uma importante elite, com uma intervenção activa na vida política e social. Aliás, é preciso salientar que, dos 211 bispos nomeados neste período, 25 tinham sido professores da Universidade de Coimbra, colegiais ou porcionistas dos colégios de S. Pedro e de S. Paulo.

As ordens religiosas constituíam tradicionalmente estruturas privilegiadas de enquadramento da acção da Igreja. Os escassos dados disponíveis apontam para um crescimento significativo dessas estruturas: existiram 203 conventos no final do século XV em todo o reino, 396 no final do século XVI e 450 em 1628 (Almeida, 1967-1971, vol. II, pp. 203-204; Godinho, 1975, p. 86). Esta tendência é confirmada pelos dados respeitantes a Lisboa: em meados do século XVI existiram 240 clérigos extravagantes, 237 cônegos e beneficiados, 623 frades e 602 freiras, ou seja, 1702 eclesiásticos, numa população de cerca de 100 000 almas — 1,7 % (Oliveira, 1938); em 1620, haveria já 300 clérigos servindo nas freguesias, 1365 frades e 1610 freiras (cálculo sobreavaliado, pois não se distinguem as freiras de véu preto das noviças e servidas), ou seja, um total de 3275 eclesiásticos, numa população de 119 812 pessoas de comunhão — 2,7 % (Oliveira, 1620). Neste último caso, se o total de eclesiásticos está subavaliado pela ausência de informações sobre os cônegos e os clérigos extravagantes, que deviam ser mais de 300, o

mesmo acontece com o total da população, pois estão excluídos os que não têm idade de comunhão, os escravos e os estrangeiros. Para além disso, não se dispõe de dados sobre os clérigos tonsurados e com ordens menores, um grupo «invisível» que goza de alguns privilégios da respectiva ordem social. Apesar do carácter grosseiro destas estimativas, produzidas na própria época, tem algum significado o peso relativo do clero regular e do clero secular: 72 % do clero regular, no total, em meados do século XVI e 83 % em 1620. Embora não seja possível extrapolar os dados respeitantes a Lisboa para o resto do reino, deve pensar-se que não se andará longe da realidade se se calcular um total de 25 000 eclesiásticos em Portugal em meados do século XVI, dos quais apenas 7500 seriam clérigos seculares (Bethencourt, 1987a, pp. 215-216).

ESTAS ESTRUTURAS APRESENTAM uma notável capacidade de atracção, apesar dos sinais de anomia já aqui evidenciados — abades não eleitos, difusão do padroado régio, uso e abuso do sistema da comenda, abandono do cumprimento das regras. A reforma das ordens religiosas passa a estar na ordem do dia, suscitando, curiosamente, um novo espaço de intervenção da coroa. Mas é de salientar que o crescimento das ordens, mesmo nesta conjuntura longa de crise, revela, por um lado, um prestígio inabalável tanto no campo religioso como no campo dos poderes, e, por outro, o cumprimento da função de enquadramento das vocações religiosas. É inegável que a introdução de novas ordens religiosas, portadoras de um novo espírito e de novos métodos (nomeadamente a Companhia de Jesus), veio dar um novo impulso ao corpo da Igreja, diversificando a oferta e criando um novo quadro de sensibilidades religiosas. As missões de evangelização dos territórios de conquista constituem um foco de atracção suplementar, que veio revelar vocações, abrindo um vasto campo de desenvolvimento da consciência religiosa. Não é por acaso que as cartas dos jesuítas do Oriente são objecto de edições extremamente cuidadas (i. e., marcadas por operações sobre os textos) não só em Portugal como no estrangeiro (Prosperi, 1991), facto que chama a atenção para a importância das missões, não apenas nas regiões em que se realizam, mas no próprio quadro europeu onde as notícias são trabalhadas e difundidas.

A compilação destas relações obedece a critérios de distribuição geográfica, sendo incluídas no mesmo volume, numa primeira fase, cartas de várias partes das Índias Orientais, do Brasil e até da África, de maneira a evidenciar a extensão do esforço de evangelização (*Novi avisí*, 1553; *Cópia*, 1555 e 1556; *Avisí*, 1556; *Cópia*, 1562a e 1562b). O género literário é híbrido, comportando elementos de hagiografia (a vida e a morte de Francisco Xavier torna-se uma narrativa central), de martirólogo (o assassinato de missionários e de convertidos por muçulmanos e gentios), de relatos de viagem (costumes e hábitos religiosos) e de correspondência diplomática (a organização política, militar e administrativa dos diferentes países). Os aspectos específicos das relações dizem respeito à quantificação do número de jesuítas, de colégios, de alunos e de convertidos, bem como à descrição de casos exemplares de conversão ou de bom relacionamento com os poderes políticos locais.

Rapidamente se verifica uma especialização dos relatos de missões impressos, que passam a privilegiar as cartas do Japão, sobretudo a partir das edições preparadas em Coimbra em 1565 e em 1570 — este último um *magnum opus* de 607 fôlios (*Cópia*, 1565, *Cartas*, 1570). Adivinha-se aqui uma aposta no sucesso de evangelização desta vasta região desconhecida, sendo o esforço missionário entendido como uma compensação (com ganhos) das perdas sofridas pela Igreja católica na Europa — em vários prefácios encontramos explicitada a ideia de que aquelas «nações bárbaras» estão a ocupar o lugar deixado pelos hereges soberbos — estes abandonados por Deus, que ilumina os outros como exemplo (*Cópia*, 1565; *Cartas*, 1575). A inversão de tendência, com a eclosão das primeiras perseguições no final dos anos de 1580, que culminam com a expulsão dos Jesuítas do Japão em 1614 (Sansom, 1963, pp. 39-45), dá origem a uma acentuação do género martirológico: difunde-se a relação de semelhança com as provações da Igreja primitiva na Europa, onde o sangue dos mártires teria servido igualmente de se-

MISSIONAÇÃO

Rol dos livros que neste Reyno se prohibem per o serenissimo Cardeal Iffante, Inquisidor geral nestes Reynos & Senhorios de Portugal. Com as regras do outro rol geral que veeo do sancto Concilio trasladadas em language vulgar por mandado do dito Senhor, pera proueito daquelles que carecem da latina, Lisboa, Francisco Correia, 1564.

A participação de portugueses no Concílio de Trento também foi importante no domínio do estabelecimento da censura romana. Colaboraram activamente nesse domínio e, uma vez regressados, alargaram as proibições já em efeito.

FOTO: BN, LISBOA.



Interior da Igreja de S. Roque. A Companhia de Jesus, chamada a Portugal por D. João III para as missões no Oriente, instalou-se junto do Governo, tendo rapidamente obtido relevo sobre as demais congregações eclesiásticas. Inaugurando um tipo de ensino e de prédica próprios, divulgou um novo espaço litúrgico, a igreja-salão (*hallenkirsche*), especialmente apto para uma nova religiosidade inteiramente controlada pelo clero.

FOTO: NUNO CALVET.



menteira de almas, permitindo o enraizamento definitivo da Igreja (Froes, 1589; Santa Maria, 1599; Pinheiro, 1617; Morejón, 1617 e 1621).

É notável a organização editorial desta série de impressos, tanto pela produção das cartas nos locais mais afastados (os missionários obedeciam a uma directriz da Companhia), como pelo seu tratamento e publicação, salientando-se a impressão simultânea dos mesmos textos, por vezes com acrescentos, em cidades tão distantes como Coimbra e Barcelona (*Copia*, 1562a e 1562b), Coimbra e Alcalá (*Cartas*, 1570 e 1575), Milão e Mogúncia (Froes, 1599a e 1599b). Encontram-se numerosas edições em castelhano (algumas impressas em Portugal), em italiano, em português e em latim, cobrindo uma boa parte da Europa, com o objectivo explícito de servir de fonte de edificação espiritual para os colegiais e de exemplo de conversão para uma Europa dividida. Esta organização extravasa mesmo o quadro da Companhia de Jesus, pois a edição de Coimbra de 1570 é patrocinada pelo bispo D. João Soares, enquanto a de Évora de 1598 foi preparada por mandado do arcebispo D. Teotónio de Bragança — aliás, são as duas edições mais volumosas e mais cuidadas (*Cartas*, 1570 e 1598). O esforço de síntese e de contextualização das missões no Oriente, inserindo-as na expansão portuguesa, é iniciado por Manuel da Costa num extenso capítulo introdutório a uma recolha de cartas publicada em Paris em 1572, esforço desenvolvido por Giovan Pietro Maffei, que publica uma história das Índias Orientais com sucessivas edições em latim e em italiano em toda a Europa católica, bem como por Luís de Guzman, que publica uma síntese das missões no Oriente baseada na correspondência (Costa, 1572; Maffei, 1588; Guzman, 1601). É evidente que estas tentativas de síntese não obstaram à continuação da publicação das miscelâneas de cartas oriundas de diversas regiões ou de relações anuais editadas sobre o conjunto das missões (Rebello, 1588; Guerreiro, 1930-1942). O impacto do esforço missionário na «retaguarda» não se limita ao desenvolvimento da consciência religiosa e à multiplicação de vocações, quer em Portugal, quer na Europa: trata-se de um modelo de acção espiritual, que tem o seu prolongamento no próprio reino. Com efeito, os Jesuítas organizam numerosas missões internas, sobretudo nas décadas de 50 e de 60, muitas delas pedidas pelos bispos, como é o caso das dioceses de Braga, Lisboa, Évora e Algarve, verificando-se ainda missões no priorado do Crato e na vigararia de Tomar (Tellez, 1645-1647, vol. I, pp. 485-490, 535-538 e 558-563 e vol. II, pp. 207-272).

As missões mantêm, assim, uma ligação directa à população do continente, o que reforça o seu carácter multidimensional. Numa palavra, estamos perante um fenómeno de alargamento desmedido do campo de acção das ordens religiosas, que vai ter um efeito evidente na sua posição dentro do corpo da Igreja, bem como na posição que a Igreja ocupa no campo dos poderes.

A PERSISTÊNCIA SENHORIAL*

OS ESFORÇOS DE EXTENSÃO DA ADMINISTRAÇÃO RÉGIA a todo o território nacional depararam com vários obstáculos. Um deles foi a existência de vastas áreas submetidas a regime senhorial, isto é, espaços onde um poderoso grupo de senhores, grandes, títulos, fidalgos e eclesiásticos, compartilhavam com a coroa o exercício de atributos do poder público.

A administração da justiça, a nomeação ou confirmação de diversos oficiais e a arrecadação de direitos reais tinham sido as principais prerrogativas transferidas pelos monarcas para os senhores. Estes amplos poderes senhoriais enraizaram-se no período da Reconquista, tempo em que os monarcas fizeram às ordens religiosas, militares, entidades eclesiásticas, membros da nobreza e família real generosas concessões de terras, direitos e privilégios. Doações, que tinham como objectivo incentivar a defesa e a colonização do espaço, constituíram os núcleos das primeiras unidades senhoriais. Nos anos que se seguiram os donatários foram estendendo a sua rede de domínio sobre espaços e homens através do desbravamento de maninhos e da anexação de terras de particulares.

Nos tempos conturbados da Reconquista, a protecção que alguns senhores ofereciam, nomeadamente os mosteiros, foi um factor de atracção de terras e homens aos domínios senhoriais. Com efeito, os privilégios que usufruíam os habitantes das terras, em especial coutos e honras, abrigavam-nos da jurisdição régia, do pagamento de tributos à coroa e até de irem à guerra, excepto quando o senhor nela participasse. Nas terras imunes os vassallos fugiam às malhas de um poder para se enredarem nas malhas de outro mais próximo e, com o tempo, mais opressor.

Por sua vez, os monarcas continuaram a distinguir diversas forças sociais doando-lhes terras e concedendo privilégios como recompensa de serviços prestados na guerra ou com o objectivo de conquistar apoios dos mais poderosos.

A atribuição de direitos a determinados donatários em espaços onde outros senhores possuíam já terras ou exerciam direitos deu origem a sobreposições de domínios, enredando a teia senhorial. Com doações régias e terras patrimoniais os senhores foram alargando os seus tentáculos, constituindo, deste modo, as suas áreas de jurisdição, que coincidiam, em muitos casos, com domínios territoriais.

Ao mesmo tempo que se organizavam os senhorios formavam-se outras unidades económicas e de poder: os concelhos e os reguengos.

A colisão entre os titulares destes vários domínios foi uma constante desde os primórdios da nacionalidade. Os confrontos entre donatários e câmaras acentuaram-se, porém, quando os monarcas começaram a colocar sob domínio senhorial terras integradas nos termos dos concelhos. Na origem do conflito estava a subtracção de terras e de homens à jurisdição municipal e, em consequência, uma diminuição do seu poder e das suas fontes de receita. Por sua vez, a indefinição das fronteiras entre terras e jurisdições da coroa e de senhores constituía outro pólo de conflito entre funcionários régios e entidades senhoriais.

NO JOGO DE FORÇAS ENTRE OS PODERES RÉGIO, municipal e senhorial, o prato da balança pendia sempre para o lado dos mais poderosos. Com frequência para o lado dos senhores, solidamente apoiados nos títulos dos seus cartórios, contendo «exuberantes» doações de terras e poderes.

Os conflitos entre jurisdições, bem como a percepção da necessidade de afirmar os poderes inerentes à soberania régia, levaram os monarcas a tentar bem cedo restringir os poderes senhoriais. As primeiras medidas legislativas foram tomadas no tempo de D. Fernando. Este rei pretendeu retirar aos donatários a jurisdição crime, alargar a todo o espaço nacional a jurisdição dos corregedores e estender os encargos concelhios aos moradores das terras senhoriais.

Outra das expressões da tentativa régia de conter e recuperar terras e prerrogativas inerentes à soberania régia foi a Lei Mental. Este diploma afirmou o princípio de que os bens doados mantinham a natureza de bens da coroa e de-

A RESISTÊNCIA DAS ESTRUTURAS SENHORIAIS

O PODER CENTRAL E OS DIREITOS SENHORIAIS

*Margarida Sobral Neto